

Teoria marginalista como teoria conservadora: Walras, Marshall e consortes.

Autor: Lucas Galvão de Mesquita.

Resumo: Neste trabalho tenho o objetivo de argumentar que as teorias desenvolvidas na chamada Revolução Marginalista têm um caráter essencialmente conservador, isto é, têm utilidade em justificar e conservar as relações tipicamente burguesas de produção e circulação da riqueza social. Escolho as principais obras de León Walras e Alfred Marshall como representantes do tipo de teoria construída no período de surgimento do marginalismo, pela persistência que suas ideias apresentaram ao longo do tempo, e ainda apresentam. Realizo a análise das obras desde a ontologia adotada por esses autores, considerando também a metodologia e teoria sobre o comportamento humano, que são os pressupostos das suas ideias. Finalmente, faço a crítica das ideias explicitadas nos textos dos autores. O referencial teórico de todo o trabalho é o marxismo.

Palavras-chave: Revolução Marginalista, Marginalismo, Crítica Ontológica, Economia Neoclássica.

1. Introdução

A economia neoclássica tem suas raízes teóricas na chamada Revolução Marginalista. Este movimento tem seu início marcado pelos historiadores do pensamento econômico entre os anos de 1871-74, com os lançamentos das obras de Carl Menger, William Jevons e León Walras, respectivamente da escola austríaca, britânica e francesa. Poucos anos após o lançamento dessas obras, outro britânico, Alfred Marshall, entrega ao público em 1890 mais um volume que compartilha dos mesmos fundamentos dos escritos da década de 70. O caráter revolucionário atribuído ao marginalismo se deve, principalmente, à drástica diferenciação do que era o corpo teórico dominante à época, a saber, a economia política clássica e, mais especificamente, ao trabalho de David Ricardo. Enquanto o pensamento clássico era marcado por uma teoria do valor fundada no trabalho, os escritos marginalistas foram distinguidos por um caráter radicalmente subjetivo, oferecendo uma teoria do valor distinta, baseada na utilidade marginal¹.

Dentre esses autores, sem dúvida a história colocou em lugar de destaque Walras e Marshall, com suas obras, respectivamente, *Elementos de Economia Política Pura* e *Princípios de Economia*. A teoria desenvolvida por esses autores inauguraram o que hoje são as duas grandes metodologias de análise dentro da economia, a saber, a teoria do equilíbrio geral e parcial. Além disso, variados aspectos que hoje são dominantes na ciência econômica foram inaugurados ou desenvolvidos por pelo menos um desses pensadores, como a utilização da linguagem matemática como método e a interpretação típica que é feita sobre o comportamento da empresa capitalista. Muitos desses aspectos, inclusive, são uma reinterpretação de aspectos clássicos que então gozavam de hegemonia, como a teoria dos custos de produção. Tal reinterpretação favoreceu a aceitação das ideias marginalistas, uma vez que o marginalismo se apresentava com o poder de explicar, em sua própria linguagem, as teorias à época dominantes.

Vários são os aspectos que devem ser problematizados para explicar o lugar de hegemonia que ocuparam as teorias da Revolução Marginalista a partir do final do século XIX. Um deles, que é a temática principal deste trabalho, tem ligação com o movimento do próprio objeto de estudo da ciência econômica, isto é, com o movimento das relações de produção e circulação da riqueza social. Mais especificamente, buscarei argumentar que essas teorias – representadas aqui nos *Elementos* e nos *Princípios* – apresentam uma característica fortemente conservadora da ordem social que ao longo do século XIX se consolidou como a ordem social dominante.

As décadas imediatamente anteriores aos primeiros escritos da Revolução Marginalista apresentam uma característica de fundamental importância para o desenvolvimento histórico e

1 RONCAGLIA, A. *The wealth of ideas: A history of economic thought*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005, cap 10.

social da humanidade: a generalização de relações sociais de produção tipicamente capitalistas em todo o globo terrestre². Hobsbawm³ afirma que essa é a temática histórica de maior importância entre os anos 1848-75, e a criação de um único mundo expandido, parte de uma mesma economia capitalista, é a maior expressão deste período. Ao lado das mudanças nas relações sociais de produção⁴, a caracterização da economia como capitalista é sustentada pelos próprios movimentos da produção: todas as crises econômicas pós 1848 são de natureza tipicamente capitalista⁵.

Podemos observar não só a generalização de relações burguesas de produção pelo globo, mas também a existência de um capitalismo com determinada forma, marcado por um crescente liberalismo – isto é, livre trânsito de pessoas, mercadorias e capital, e descolamento de ações estatais com a acumulação de capital⁶. Nos setenta anos após as revoluções de 1848 todas as demandas do liberalismo, exceto aquelas que poderiam significar risco a ordem social, foram implantadas na maioria dos países ditos desenvolvidos.

Um dos aspectos da expansão é que ela foi determinante para que o período fosse de relativa calma política nos países desenvolvidos da Europa, pois possibilitou resoluções dentro da ordem para possíveis revoluções nesses países, “em virtude da grande expansão, da adoção de políticas e instituições adequadas ao desenvolvimento capitalista irrestrito e da abertura de válvulas de escape – pleno emprego e migração – suficientemente amplas para reduzir as pressões da massa descontente”⁷. No pós 1848 o centro de agitação social seria nos países periféricos fora da Europa e

2 As barreiras institucionais que pudessem tolher a lucratividade foram varridas por uma ofensiva mundial. E isso não se limita aos países onde o liberalismo político era influente. Em uma palavra, aspectos legais dos períodos medievais e mercantilistas foram destruídos, e não somente no que diz respeito a legislação de ofícios (destaca-se o fim da lei contra a usura e a livre criação de companhias de negócios). O mais impressionante, no entanto, foi o liberalismo do comércio internacional, com a queda de barreiras tarifárias entre os países (com exceção dos EUA) e formação de sistemas monetários unificados. Um ponto que é extremamente importante para notar a generalização do capitalismo é que pós 1848 a relação entre dono de meios de produção e trabalhador nos países desenvolvidos tendia a ser regida pelo livre contrato, isto é, a compra de força de trabalho funcionaria cada vez mais como a compra de uma mercadoria qualquer, o trabalho assumia cada vez mais a forma assalariada. HOBBSAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, pp. 69-71.

3 HOBBSAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, pp. 16, 66. Um dos argumentos que o autor utiliza para demonstrar essa afirmação é o drástico aumento das exportações. A expansão geográfica do capitalismo e o seu desenvolvimento nos países industriais estão ligados pela ausência do consumo de massa no mercado interno – com exceção dos EUA –, o que implica expandir o comércio mundial e aumentar o investimento externo.

4 Ao fim do século XVIII esse tipo de relação social já estava presente por toda a Inglaterra. O capital comercial abundante, resultante do tráfico negreiro e comércio colonial, transforma-se em capital industrial e a indústria pôde se desenvolver, principalmente a indústria têxtil. Vale pontuar que a disposição de trabalhadores livres de relações de produção antigas já havia sido lograda na Inglaterra por transformações na sua agricultura (*closures*). MAZZUCHELLI, F. *Os anos de chumbo: Economia e política internacional no entreguerras*. 1. ed. Campinas: Unesp, 2009.

5 HOBBSAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, pp. 59-60.

6 MAZZUCHELLI, F. *Os anos de chumbo: Economia e política internacional no entreguerras*. 1. ed. Campinas: Unesp, 2009, pp. 22-23.

7 HOBBSAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 118.

o movimento revolucionário permaneceria episódico, arcaico e subdesenvolvido até o fim da década de 1870.

Apesar disso, a lembrança das revoluções de 1848 ainda estava presente na mente da burguesia, gerando um medo permanente e real. Não havia dúvida de que a ordem social burguesa foi colocada em cheque por esses movimentos e que isso seria um problema futuro; já estava no imaginário burguês a necessidade de conter o avanço da revolução social democrática. Isso explica a brutalidade com que a Comuna de Paris foi reprimida. O período, assim, é de diacronismo entre economia e política: enquanto a revolução industrial inglesa avançava, a revolução francesa recuava, dando espaço para a aristocracia reacionária tomar lugar em troca da manutenção da ordem burguesa⁸.

O reconhecimento da proeminência da luta entre burguesia e proletariado é visível no “partido da ordem” formado por liberais moderados e absolutistas, e até mesmo alguns liberais radicais, para conter o movimento revolucionário. O confronto principal não eram mais entre as forças progressistas unidas e os velhos regimes aristocráticos – como fora na Revolução Francesa – mas sim entre a “ordem” unida contra a “revolução social”⁹. Os representantes da classe burguesa preferiram a ordem a revolução social, abrindo mão da efetivação completa de seu programa político. Adquiram uma consciência de classe. Em troca, os governos conservadores estavam dispostos a efetivar as demandas liberais econômicas, culturais e legais dos homens de negócios, desde que não implicasse em uma mudança política. A politicamente conservadora década de 1850 seria cada vez mais economicamente liberal¹⁰, tendência seguida até a década de 1870.

Ainda que os argumentos dos teóricos do liberalismo, se apresentando quase que como lei natural, lograrem boa aceitação na esfera política, a adoção do liberalismo econômico não ocorre por mero convencimento ideológico. Para a Inglaterra – motor da economia mundial no período – é fácil entender a proclamação desses ideais, pois o país detinha grande vantagem competitiva em relação aos demais e necessidade de valorizar seu capital em excesso; no caso dos países exportadores de matérias-primas isso também é compreensível, uma vez que a queda de barreiras no comércio internacional ajudava a escoar suas mercadorias no mercado mundial; a primeira vista, no entanto, os países em via de industrialização pareciam ter motivos para serem contra as medidas liberalizantes. Ocorre que o liberalismo comercial também os beneficiava, ainda que de maneira não proporcional como beneficiava a Inglaterra. Por um lado, a expansão geográfica era tamanha que todos os países industrializados ampliavam seus mercados externos. Por outro, neste período

8 HOBBSAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, pp. 23-24, 42.

9 HOBBSAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, pp. 42-43.

10 HOBBSAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, pp. 47.

inicial de industrialização era possível, em algum grau, imitar a tecnologia inglesa e utilizar seus equipamentos e experiência em benefício próprio¹¹.

A confiança no progresso capitalista com base liberal deste período parecia ser ratificada pelo movimento do próprio capital. O desenvolvimento do capitalismo parecia ser inevitável e ilimitado. Hobsbawm argumenta que no início da década de 1870 nenhum homem de negócio parecia duvidar deste progresso, mas que os espaços para a valorização do capital iniciada pós 1848 estavam já se esgotando.

[...] o processo de expansão era, como todos agora reconhecem, curiosamente catastrófico. Violentas quedas, algumas vezes drásticas e crescentemente globais, sucediam-se a expansões estratosféricas, até que os preços caíssem o suficiente para dissipar os mercados retraídos e limpar o campo de empresas falidas, para que, então, os homens de negócios começassem a investir e expandir-se, renovando dessa forma o ciclo. Foi em 1860, depois da primeira dessa genuínas quedas mundiais [...], que os economistas acadêmicos, na pessoa de um brilhante francês, Clément Juglar (1819-1905), reconheceram e mediram a periodicidade desse “ciclo de comércio” até então considerado apenas por socialistas e outros elementos heterodoxos¹².

Então veio a Grande Depressão de 1873-1896: estradas de ferro colapsaram, a bolsa desvalorizou, o fluxo de imigrantes, principalmente para os EUA, diminuiu consideravelmente, quase metade dos altos-fornos dos grandes países produtores de ferro pararam – em uma época em que o ferro era a grande representação da produção capitalista. Ao contrário das depressões anteriores, essa parecia não ter fim¹³. O episódio da Depressão de 1873-96 é contraditório. Apesar de ser um período marcado por forte deflação de preços e intensa concorrência internacional (principalmente com a força dos EUA e Alemanha como países que ultrapassariam, neste período, a Inglaterra como liderança industrial) – portanto um período caracterizado por pressões para diminuição das taxas de lucros – a expansão da produção material mundial não é interrompida¹⁴.

A década de 1870, com sua Grande Depressão, é um marco temporal para o fim da ordem liberal burguesa. O mundo entregue ao novo período é um novo mundo, um mundo unificado sob uma economia capitalista, formando uma mesma História Mundial. O desenvolvimento econômico baseado no crescimento extensivo do capital o havia unificado. O período iniciado com a grande depressão, e que vai até a grande guerra, é marcado por um protecionismo comercial crescente,

11 HOBBSAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, pp. 73-74 e MAZZUCHELLI, F. *Os anos de chumbo: Economia e política internacional no entreguerras*. 1. ed. Campinas: Unesp, 2009, pp. 32-33.

12 HOBBSAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 84.

13 HOBBSAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, pp. 84-85.

14 MAZZUCHELLI, F. *Os anos de chumbo: Economia e política internacional no entreguerras*. 1. ed. Campinas: Unesp, 2009, pp. 38-38.

atuação dos estados no desenvolvimento das economias atrasadas e corrida colonial, ocorrendo a exacerbação das rivalidades nacionais que culminará na grande guerra. Além disso, o modelo padrão do capitalismo formado por várias pequenas empresas, em geral familiares, pouco a pouco cede espaço para a grande indústria monopolista. Mazzucchelli caracteriza a economia deste período como o capitalismo monopolista¹⁵.

Como pode ser percebido pela discussão acima, os primeiros escritos da Revolução Marginalista – em particular os *Elementos* de Walras – surgem em um ambiente de capitalismo liberal triunfante, enquanto as obras posteriores – especialmente os *Princípios* de Marshall – são lançados em um mundo em meio a Grande Depressão, quando a concorrência monopolista já se verifica e fica cada vez mais intensa, sufocando os pequenos empreendimentos¹⁶. Apesar dessas diferenças, o que mais importa salientar para este trabalho é a existência de um mundo em que a ordem burguesa já se havia sido imposta e o fantasma da revolução social preocupava a burguesia, ainda que desde 1848 não tivesse se materializado com tanta força e tão generalizadamente. Uma época com essas características necessita de teorias conservadoras, que justifiquem a ordem social vigente e ponham um freio em propostas de mudança social.

2. Ontologia e conservadorismo

Qualquer construção científica a respeito de determinado objeto sempre parte de alguns pressupostos. Se assumirmos uma posição filosófica materialista – seguindo o fazer científico de Marx¹⁷, que serviu de inspiração para o desenvolvimento rigoroso, por Roy Bhaskar, de uma corrente na filosofia da ciência chamada Realismo Crítico¹⁸ –, o pressuposto determinante de qualquer teoria é uma visão ontológica a respeito do mundo natural e do objeto sob estudo, isto é, a adoção de determinadas características gerais do mundo e do objeto como ponto de partida teórico. Essas ontologias, por sua vez, apontam para as possibilidades de conhecimento humano em relação ao objeto e, se esse conhecimento for possível, as formas de conhecê-lo: uma epistemologia e metodologia da ciência. Em conjunto, ontologia e epistemologia delimitam as possibilidades de curso da construção científica. Assim, também devem, e devem primeiramente, passar pelo crivo da

15 MAZZUCHELLI, F. *Os anos de chumbo: Economia e política internacional no entreguerras*. 1. ed. Campinas: Unesp, 2009, pp. 23-24. Apesar do protecionismo comercial e rivalidade política do segundo período, nota-se ainda o livre trânsito de capitais e trabalhadores. Além disso, a existência do padrão-ouro pressupõe a centralidade da economia e finança inglesa e certa cooperação entre os países para manter o câmbio entre as moedas nacionais e o ouro. Assim, o segundo período é mais bem caracterizado como um período de transição e formação inicial do capitalismo monopolista.

16 Essa diferença explica em grande parte as variações de temáticas tratadas nas duas obras, assim como a metodologia de análise escolhida por cada autor.

17 NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 53-55 e outras.

18 BHASKAR, R. *A realist theory of science*. Londres: Routledge, 2008.

inspeção crítica. É por isso que começo analisando as ontologias adotadas pelos teóricos marginalistas.

O objeto da ciência econômica é a sociedade, considerada sob um ponto de vista particular, já que a economia, segundo um expoente do marginalismo, “de um lado é um estudo da riqueza; e de outro, e mais importante, uma parte do estudo do homem”¹⁹. A ontologia assumida por esses cientistas, então, é uma ontologia do ser social. A característica principal que os teóricos da Revolução Marginalista assumem a respeito da constituição da sociedade é o atomismo social, isto é, a concepção de que a sociedade é formada unicamente por partículas indivisíveis – e aqui podemos falar de indivíduos ou blocos formados por esses indivíduos – e suas ações. Nas palavras de um importante predecessor das ideias marginalistas, “A sociedade é um corpo fictício, composto de indivíduos que são considerados como se a constituíssem tal qual fossem seus membros”²⁰.

Marshall e Walras não nos fornecem uma assertiva explícita, como faz Bentham, da adoção do atomismo social. Não obstante, não é difícil perceber e argumentar que este é o ponto de partida de ambos. Em primeiro lugar, variadas são as passagens em que Marshall reconhece que a propriedade fundante da sociedade moderna é a livre deliberação dos indivíduos, que estes agem de maneira livre e independente para escolher a ação que lhes parecem a melhor para atingir os seus fins, isto é, sem a coerção de qualquer outro objeto social realmente existente, como relações e estruturas sociais²¹. Em segundo lugar, e mais importante, percebemos a posição ontológica de ambos os autores marginalistas através de suas posições epistemológicas e consequente metodologias adotadas na construção teórica. Qualquer afirmação nos *Princípios* ou nos *Elementos* em relação a eventos sociais é sustentada de acordo com as prescrições do individualismo metodológico, isto é, a posição de que qualquer entendimento acerca de eventos sociais tem que ser construído por meio de fatos sobre indivíduos, ou seja, o conhecimento deve necessariamente ser derivado de princípios que governam o comportamento dos indivíduos participantes da tal situação²².

A adoção do individualismo metodológico implica, necessariamente, uma visão atomista da sociedade. Para perceber isso basta observar que se adotamos uma visão diferente da atomista, isto é, se considerarmos que a sociedade é constituída por outros objetos que não somente indivíduos²³,

19 MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. vol 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 23.

20 BENTHAM, J. *An introduction to the principles of morals and legislation*. Londres: Clarendon Press, 1823, p. 3.

21 MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. vol 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985, pp. 26, 28-29 e outras.

22 BHASKAR, R. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. 3. ed. Londres: Routledge, 1998, pp. 29-30.

23 Na verdade o argumento de Bhaskar passa pela defesa de que a sociedade *não é* constituída de indivíduos, e não que a sociedade é constituída por indivíduos *e mais alguma coisa*. Mas, como não é o tema deste trabalho, a assertiva *há algo mais na sociedade que não são indivíduos* – que pode ou não incluir os indivíduos como componente da sociedade – já é o suficiente para fazer o elo entre individualismo metodológico e atomismo social.

então o entendimento de eventos sociais não pode partir somente do entendimento do comportamento desses indivíduos, porque isso seria desconsiderar na análise a atuação de objetos reais, que obviamente teriam seu papel na explicação dos fenômenos sociais. Ou seja, o individualismo metodológico somente é compatível com a ontologia do atomismo social.

A concepção atomista da sociedade está ligada, ou mesmo é o reflexo, de uma ontologia a respeito do mundo em geral, chamada de realismo empírico. De acordo com Medeiros,

Na ontologia do realismo empírico [...] o mundo (natural e social) é descrito a partir da categoria da experiência. Isso significa que a realidade em si mesma seria composta exclusivamente de eventos atomísticos percebidos pelos seres humanos e das conjunções constantes entre esses eventos, também conhecidas por leis de Hume. As conjunções constantes, cuja descoberta constitui, para essa perspectiva, o papel da ciência, seriam regularidades entre eventos do seguinte tipo: sempre que um evento A ocorrer, segue-se um evento B²⁴.

A relação entre essas duas ontologias é que as únicas coisas empíricas socialmente são os indivíduos e suas ações: eventos sociais são sempre resultado da atuação – conjunta ou não, intencional ou não – de seres humanos individualizados²⁵. Assim, realismo empírico implica atomismo social. Ao mesmo tempo, se o pesquisador assume que há objetos não empíricos no mundo, e que portanto esses objetos devem ser analisados pela ciência, então quando ele passa a analisar a sociedade deve lidar também com esses objetos, como classes sociais, Estado, etc. Ou seja, a negação do realismo empírico implica a negação do atomismo social ou, o que é logicamente equivalente, o atomismo social implica o realismo empírico.

Bhaskar argumenta que o problema maior da prescrição metodológica individualista não é fornecer uma explicação individualista a fenômenos sociais, mas fornecer uma explicação não-social ao comportamento do indivíduo, uma vez que não se pode fazer afirmações sobre características individuais e seu comportamento sem se referir ao contexto social em que esses indivíduos atuam²⁶. No caso da ciência econômica, por exemplo, não se pode falar sobre trabalhador assalariado sem se falar sobre a relação social do trabalho assalariado; não se pode falar em vendedor e comprador sem se falar em valor, isto é, a relação social de produção e circulação da

24 MEDEIROS, J. L. *A economia diante do horror econômico*: Uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica. Niterói: Editora da UFF, 2013, p. 57.

25 MEDEIROS, J. L. *A economia diante do horror econômico*: Uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica. Niterói: Editora da UFF, 2013, pp. 57-58.

26 BHASKAR, R. *The possibility of naturalism*: a philosophical critique of the contemporary human sciences. 3. ed. Londres: Routledge, 1998, p. 30.

riqueza por meio da troca de mercadorias, etc. Toda atividade pressupõe a existência de formas sociais²⁷.

Ao fornecer uma explicação dos eventos sociais com base na ação individual sem examinar as formas sociais que são condições necessárias para os agires atomizados, necessariamente a ciência toma por empréstimo alguma concepção sobre essas formas sociais. Em geral, tal concepção é oriunda da ontologia do cotidiano, isto é, de concepções que os próprios agentes sociais apreendem pelo contato com as manifestações fenomênicas destas relações sociais. Uma vez que a manifestação fenomênica de uma relação social é a manifestação necessária para a sua reprodução, então uma teoria social fundamentada no atomismo social será, em tese²⁸, uma teoria conservadora:

[...] como nenhuma práxis pode ocorrer na mais completa ignorância das estruturas do mundo, a descaracterização da análise crítica implica a aceitação passiva da visão de mundo cotidiana e, portanto, das categorias e das estruturas da imediaticidade. Resulta daí a conexão com a perda de sentido histórico das estruturas formadoras da realidade, o *presentismo* [...]. Isso porque as estruturas, tais como se apresentam aos sujeitos em sua práxis cotidiana, não são examinadas num sentido histórico-concreto, mas tratadas como se fossem eternas, como se formassem uma espécie de segunda natureza²⁹.

3. Fetichismo e conservadorismo

Nos restringindo ao objeto da ciência econômica, ou seja, às relações de produção e circulação da riqueza no modo de produção capitalista, o atomismo social e o realismo empírico implicam na incorporação adicional de um aspecto conservador, resultante das próprias características deste objeto. Me refiro ao caráter fetichista das relações sociais no modo de produção capitalista, isto é, a característica de que as relações sociais de produção entre os seres humanos, neste tipo de sociedade, aparecem como uma relação natural entre os seus produtos do trabalho:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ele reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete

27 BHASKAR, R. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. 3. ed. Londres: Routledge, 1998, p. 37.

28 A ausência da cultura do estudo filosófico para embasamento da pesquisa científica produz casos contraditórios, em que pode haver a adoção (explicitamente ou não) do atomismo social mas, ao longo da pesquisa e principalmente em sua conclusão, o autor proponha uma reflexão crítica de determina estrutura social, o que implica considerar tal estrutura social como existente, negando o atomismo. Assim, na prática, não há uma ligação necessária entre o atomismo social e o completo conservadorismo.

29 MEDEIROS, J. L. *A economia diante do horror econômico: Uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: Editora da UFF, 2013, pp. 122-123.

também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre objetos, existente à margem dos produtores³⁰.

As relações sociais próprias de uma economia burguesa – estas que as teorias da Revolução Marginalista não analisam diretamente – sempre aparecem no cotidiano do indivíduo como algo coisificado. Uma vez compreendendo as relações sociais assim como elas se manifestam reificadamente para o indivíduo, elas são naturalizadas, já que, como propriedades de coisas, elas aparecem como naturais, universais, eternas.

Isso pode ser observado muito claramente em Walras. Apesar do autor afirmar no início da sua mais importante obra que formações sociais não podem ser naturalizadas, e mais especificamente que a formação social burguesa seria até menos natural do que a sua antecedente³¹, o autor naturaliza as relações sociais burguesas que aparecem coisificadas na realidade. Notadamente, afirma recorrentemente que o valor de troca é uma propriedade natural da riqueza social, entendida mesmo universalmente:

O fato do valor de troca toma, pois, desde que estabelecido, o caráter de um fato natural, natural em sua origem, natural em sua manifestação e em sua maneira de ser. Se o trigo e o dinheiro tem *valor* é porque são raros, isto é, úteis e limitados em quantidade, duas circunstâncias naturais. E se o trigo e o dinheiro têm *tal valor*, um em relação ao outro, é porque são, respectivamente, mais ou menos raros, isto é, mais ou menos úteis e mais ou menos limitados em quantidade, ainda duas circunstâncias naturais, as mesmas que as anteriores³².

Seu argumento é que a riqueza social, sendo composta pelas coisas raras, é formada por tudo que é útil e limitado em quantidade. Consequentemente, toda a riqueza social pode ser apropriada privadamente e assim trocada. Segue que, em consequência de características puramente naturais, todo exemplar de riqueza social tem, em si, um valor de troca. Em outros termos, a base da sua afirmação é que, primeiro, a utilidade e quantidade dos objetos a disposição dos seres humanos para satisfazer suas necessidades é algo natural e, segundo, naturalmente essas propriedades levam os indivíduos a se apropriarem privadamente das coisas e trocá-las. Nada mais falso, a não ser que a análise suponha que os objetos surjam nas mãos dos indivíduos prontos para a troca, como Walras faz na primeira parte da obra.

30 MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 147.

31 WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 10-11.

32 WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 22.

De fato, os objetos úteis em determinada quantidade a disposição dos seres humanos são o resultado de um processo não espontâneo na natureza: o processo de trabalho³³. Tanto a utilidade quanto a quantidade tem como determinante esse processo. Em adendo, a existência de objetos com estas propriedades não implica a sua distribuição social por meio da troca. “Basta abrir os olhos para constatar *a posteriori*, entre os fatos gerais, o fato da troca”³⁴. O que o autor dos *Elementos* esquece de avisar, no entanto, é que basta abrir os olhos em uma formação social cuja produção da riqueza ocorre em uma sociedade formada por livres produtores com o objetivo de troca, isto é, uma sociedade tipicamente burguesa. Caso o autor abra os olhos, por exemplo, em uma sociedade indígena, irá constatar outra coisa.

4. Utilitarismo e conservadorismo

Uma vez entendido o ponto de partida das teorias da Revolução Marginalista, isto é, o agente econômico atuando em um ambiente cujas relações são incorporadas como elas se manifestam no cotidiano, torna-se claro que é necessário uma teoria sobre o comportamento desses indivíduos. De acordo com o paradigma da Revolução Marginalista, o comportamento social é o resultado de um problema de maximização, em que a hipótese de racionalidade aparece como um guia eficiente para que os indivíduos satisfaçam seus desejos e necessidades, que são considerados neuropsicologicamente dados. Relações sociais não tomam parte, ao menos diretamente, nesse problema³⁵. As ações humanas são encaradas como adaptativas, dadas as condições iniciais e seus objetivos – reafirmando: de ordem neuropsicológicos. Não há espaço para mudança social, mas somente reprodução da sociedade burguesa.

Mais especificamente, a ação humana é entendida com base na teoria utilitarista. Segundo esta corrente da filosofia moral, a ação humana racional ocorre, e deve ser avaliada, com o objetivo de realização de um único valor: a utilidade³⁶. Ou seja, a ação humana individual é teorizada como tendo um único objetivo para com outros seres humanos e com a natureza: a utilização do que é externo ao indivíduo para o maior benefício próprio³⁷. É a partir desse paradigma comum – sem

33 O autor, em muitos momentos do texto, é contraditório, ou não desenvolve certas afirmações em benefício de outras. Apesar desta afirmação inicial naturalizando a utilidade e quantidade dos objetos, em outro momento do texto ele argumenta a favor da equivalência entre raridade e produção industrial. Apesar disso, posteriormente abstrai esta característica e trata os objetos como naturalmente concebidos, prontos para a troca. Assim, é a naturalização dessas relações, ao fim das contas, que é determinante no seu desenvolvimento teórico.

34 WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 21.

35 BHASKAR, R. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. 3. ed. Londres: Routledge, 1998, pp. 31-32.

36 O que significa exatamente utilidade varia de acordo com a versão do utilitarismo. Inicialmente, no utilitarismo clássico, utilidade significava saldo de prazeres sobre dores, e tinha uma propriedade cardinal. Para Marshall e demais marginalistas, a utilidade não poderia ser medida, e significava desejo ou necessidade. MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. vol 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 97.

37 MEDEIROS, J. L. *A economia diante do horror econômico: Uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: Editora da UFF, 2013, pp. 200.

fazer um estudo direto de relações sociais de produção típicas do modo de produção capitalista, mas tratando da produção como produção em geral – que as teorias marginalistas são construídas, havendo variação entre autores no que toca a metodologia de análise de equilíbrio, linguagem mais apropriada para a ciência econômica, etc.

Há, por isso, uma contradição latente na estrutura dessas teorias. Se, por um lado, toda a fundamentação das teorias da Revolução Marginalista está no agir individual, supostamente livre de relações sociais próprias de uma época histórica determinada, pois baseada em um comportamento racional maximizador de utilidade, que por sua vez é dada neuropsicologicamente³⁸, por outro lado a teoria é construída não somente para interpretar e entender fenômenos próprios de uma economia burguesa, mas também para formar um conhecimento prático para os agentes econômicos, com a finalidade de “servir de guia na conduta prática da vida, especialmente da vida social”³⁹. Ou seja, busca-se estudar concretamente um modo de produção e circulação da riqueza social sem considerar as relações sociais próprias deste modo de produção. Busca-se entender o singular somente a partir de categorias pretensamente universais.

Resultado desta contradição, como já antecipado acima pela análise ontológica, é a incorporação na análise teórica dessas relações sociais de acordo com o senso comum, assim como aparecem no cotidiano dos agentes. As abstrações teóricas geradas pelos autores marginalistas são o que Badeen e Murray chamaram de “abstrações ruins”⁴⁰, conformando as categorias da economia marginalista. O percurso teórico não implica somente em incorporar acriticamente essas relações – e com isso tornar o poder explanatório da teoria deficitário – mas também em universalizar relações sociais tipicamente burguesas. Uma vez que a teoria é fundamentada, pretensamente, em pressupostos que não estão limitados por algum período histórico específico, então ela deve servir para explicar qualquer época histórica. A ciência econômica burguesa seria universal, se aplicaria a todas as épocas históricas, ainda que alguns autores coloquem ressalvas nestas generalizações.

As ressalvas, para alguns, são necessárias para sustentar o argumento, uma vez que a histórica mostra que sociedades humanas podem organizar a produção social da vida de maneira muito distinta da forma burguesa, e portanto a teoria não se aplica diretamente a essas outras

38 Veja por exemplo em Walras como a teoria construída, em tese, se aplicaria a qualquer período histórico. O autor afirma que o motivo que leva alguém a realizar uma troca é obter um objeto que lhe dá mais utilidade, isto é, é a necessidade humana que explica o fenômeno da troca de mercadorias. Como as coisas raras são úteis e limitadas, uma pessoa sempre vai querer oferecer uma mercadoria que tem em quantidade relativamente grande para possuir outra que tem em quantidade relativamente pequena, e assim buscar uma maior satisfação possível das necessidades. Para o autor, todas as categorias que figuram nesse raciocínio são categorias universais, e assim ele explica a ação humana universalmente, independente do período histórico em que nos encontramos. WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 53.

39 MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. vol 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 45.

40 MURRAY, P.; BADEEN, D. A Marxian critique of neoclassical economic's reliance on shadows of capital's constitutive social forms. *Crisis & Critique*, vol 3, no. 3. pp, 9-28, nov, 2016.

sociedades. Mas “estes [outros modos de organização] são então interpretados como não-desenvolvidos, imperfeitos e disfarçados, não são reduzidos a sua expressão mais simples e a sua configuração máxima: são interpretados como modos diferentemente matizados daquelas relações naturais de distribuição”⁴¹, isto é, são tomados como o modo de organização burguês em um estado germinal. Isso pode ser percebido claramente quando Marshall afirma que

muitas das condições da vida industrial, e dos métodos de produção, distribuição e consumo de que trata a mais moderna ciência econômica, são apenas de data recente. É contudo verdade que a mudança na substância não é tão grande, em alguns aspectos, quanto a da forma aparente; e que a moderna teoria econômica pode ser adaptada às condições dos povos atrasados, muito mais do que à primeira vista parece. Mas a unidade na substância, sob uma múltipla variedade de forma, não é fácil de se revelar; e as mudanças de forma tiveram o efeito de fazer com que os autores de todas as épocas não tenham tirado do trabalho dos seus predecessores todo o proveito que poderia ter sido alcançado⁴².

Ou seja, haveria uma unidade de substância entre as formas de organizar a produção e distribuição da riqueza social, e que por isso a ciência econômica se aplicaria a todas as formações sociais. É por isso que nem mesmo Marshall escapa das famosas “robinsonadas”⁴³ presentes nos manuais modernos de economia.

5. Revolução Marginalista e conservadorismo

A consequência da naturalização de relações burguesas de produção e circulação é o que Marx chamou de autonomização das formas sociais que os elementos produtivos assumem no capitalismo. Dito de outro modo, os elementos da produção considerados universalmente – trabalho, meios de produção e terra – assumem a forma especificamente burguesa – trabalho assalariado, capital e terra monopolizada pela propriedade privada – e parecem, cada um de maneira autônoma do outro, criar uma parcela de valor quando posto em atividade. Em Walras essa relação é direta. O autor afirma prontamente que “o trabalho vale e é trocado porque ele é, simultaneamente, útil e limitado em quantidade, porque ele é raro”⁴⁴ – ou seja, trabalho é idêntico a trabalho assalariado – e meios de produção e terra são imediatamente identificados com meios de produção e terra possuídos por classes de pessoas, cujo objetivo é a venda de seus serviços para a produção⁴⁵.

41 MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III: O processo global da produção capitalista, vol. III. t. 2. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 311.

42 MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. vol 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 25.

43 Termo usado sarcasticamente por Marx para designar a utilização de categorias próprias do modo de produção capitalista para a análise de outros períodos históricos. O nome faz referência ao estudo de um ser humano vivendo isolado em uma ilha e produzindo seus próprios objetos de consumo: Robson Crusóe.

44 WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 100.

45 WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 116.

Se nos *Elementos* as afirmações anteriores podem ser constatadas de maneira desvelada, isso não ocorre nos *Princípios*. Em Marshall, tudo começa pelo trabalho, que é também visto naturalmente como trabalho na forma de assalariamento. No entanto, em uma leitura apressada, poderia parecer que o autor, em negação as afirmações anteriores, considera as especificidades históricas do trabalho realizado sob o comando do capital. Para Marshall, o trabalho em geral é um esforço que o trabalhador realiza para, em troca, ter alguma vantagem material para si; somente na sociedade burguesa essa recompensa seria na forma de salário, configurando o trabalho assalariado⁴⁶. Assim, não caberia a acusação de falta de historicidade.

Se observamos o discurso marshalliano com mais atenção, entretanto, perceberemos que todo o trabalho para o autor é trabalho inserido em relações burguesas. É fácil ver isso ao perceber que, apesar de afirmar explicitamente que somente no capitalismo o trabalho é recompensado pelo salário, o autor vê o trabalho, em todas as épocas históricas, como uma atividade que somente é realizada *em troca* de alguma coisa. O que dá sentido a atividade do trabalho em geral é a sua troca, o intercâmbio por algo. *Essa é uma relação de trabalho tipicamente burguesa*. O que Marshall faz, na verdade, é inicialmente considerar o trabalho realizado sob relações burguesas, mas em uma situação não monetária.

Se, de fato, aceitássemos como verdade o discurso do autor, seríamos forçados a aceitar também que o trabalho do servo e, pior, do escravo somente é realizado se o senhor lhes der algo em troca, algo que estes trabalhadores acham justo pelo esforço despendido. Tratar esta atividade abstratamente como inserida numa relação de troca por alguma vantagem material – mesmo considerando um ser humano abstrato trabalhando para si mesmo em troca, com a natureza, de objetos para consumo pessoal – é considerar o trabalho como meio de intercâmbio e, por isso, inserido em relações mercantis, próprias do capitalismo.

Uma vez que o trabalho em geral é identificado com o trabalho inserido em relações burguesas de produção, então

as formas sociais específicas, determinadas, que as condições materiais de trabalho – os meios de produção produzidos e a terra – assumem em face do trabalho assalariado (como, inversamente, elas pressupõem o trabalho assalariado) também coincidem sem mais nem menos com a existência material dessas condições de trabalho ou com a estrutura que possuem em geral no processo real de trabalho, independente de toda forma social historicamente determinada da mesma, até mesmo independentemente de qualquer forma social da mesma⁴⁷.

46 MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. vol 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985, pp. 136-137.

47 MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III: O processo global da produção capitalista, vol. III. t. 2. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 276.

É assim que Marshall considera capital como meios de produção em geral, isto é, “toda a provisão acumulada para produção de bens materiais [...]. É a quantidade de riqueza acumulada considerada antes como um agente de produção que como fonte direta de satisfação”⁴⁸. Ao mesmo tempo, terra é terra sob propriedade privada. Mas, como aponta Marx,

O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. O capital são os meios de produção transformados em capital, que, em si, são tão pouco capital quanto ouro e prata são, em si, dinheiro. São os meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos autonomizados em relação à força de trabalho viva e às condições de atividade exatamente dessa força de trabalho, que são personificados no capital por meio dessa oposição. [...] Aqui temos, portanto, uma forma social determinada, à primeira vista muito mística, de um dos fatores de um processo social de produção historicamente fabricado⁴⁹.

Ora, uma vez que o trabalho é identificado com o trabalho assalariado, então o valor do produto do trabalho, a parcela de valor que o trabalho adiciona aos meios de produção, é identificado com o salário. Para tal, basta observar que o salário é o preço pago pela realização do trabalho, então, como há troca de equivalentes, o valor acrescido pelo trabalho tem que ser igual ao salário. Mas se há uma parte do valor da mercadoria que é gerada pelo trabalho assalariado, então as outras partes – lucro e a renda da terra – não podem ter a mesma origem, pois são referentes a elementos distintos da produção. É assim que a economia marginalista concebe o capital como gerador do lucro e terra monopolizada como geradora da renda da terra. Cada parte do valor da mercadoria é derivada de cada função dos elementos produtivos.

Os rendimentos, em outras palavras, surgem como uma consequência necessária da função material, natural, que os elementos de trabalho desempenham. É assim que os próprios rendimentos são naturalizados e universalizados:

De acordo com o exposto, propomo-nos neste tratado a considerar como fazendo parte do capital, do ponto de vista social, todas as coisas distintas de terra que *produzem renda ou receita*, consideradas geralmente como tais na conversação corrente, em conjunto com coisas análogas de domínio público, como as fábricas do governo: reserva-se o termo *terra* [grifo do autor] para todos os dons gratuitos da natureza, tais como minas, pesqueiros etc., que *produzem renda*⁵⁰.

48 MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. vol 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 135.

49 MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III: O processo global da produção capitalista, vol. III. t. 2. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986, pp. 269-270.

50 MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. vol 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 84, grifo meu.

Na base dessa argumentação há um elemento de importância primeira, que também é resultado da ontologia empirista adotada pelos teóricos da Revolução Marginalista. Esse elemento é o colapso das categorias de valor e valor de troca. Uma vez que, de acordo com o empirismo, as únicas coisas existentes realmente, coisas que a teoria deve considerar e explicar, são as apreensíveis pelo sentido, então não faz sentido diferenciar valor do valor de troca, pois o valor em si – como uma relação social cuja forma fenomênica é o valor de troca – não existiria, já que não é em si apreensível pelos sentidos. Por isso que o valor de troca do trabalho assalariado é igualado com o valor gerado pelo trabalho no ato produtivo. Aqui não existe mais-valor.

A incongruência de identificar valor como valor de troca gera na teoria walrasiana categorias carentes de sentido. Inicialmente, o autor afirma que as coisas raras são valiosas e permutáveis – sem discutir o que significa ser valioso – e afirma que “o fato do *valor de troca*” é o fenômeno de cada uma das coisas adquirir, “como uma propriedade especial, a faculdade de ser trocada por qualquer uma das outras, em tal ou qual proporção determinada”⁵¹. Então, em um primeiro momento, o valor de troca ou valor seria uma *propriedade* das coisas de serem trocadas por outras em proporções específicas. Posteriormente, afirma que o valor de troca é um fato matemático, isto é, pode ser expresso em números e posto em equações. Diz, assim, que se 5 hectolitros de trigo é trocado por 600 gramas de prata, então “o *valor de troca* de 5 hectolitros de trigo é igual ao *valor de troca* de 600 gramas de prata”, relação representada na equação $5v_b = 600v_a$ em que “ v_b [é] o valor de troca de 1 hectolitro de trigo e v_a o valor de troca de 1 grama de prata”⁵².

Como Marx já havia alertado⁵³, para duas coisas estarem postas em igualdade elas têm que representar substâncias do mesmo tipo. O que, para Walras, representa o valor de troca? A propriedade da mercadoria ser trocada por qualquer outra, em proporções específicas. Se é assim, então cada mercadoria tem infinitos valores de troca, tanto quanto existem outras mercadorias para serem trocadas. Cada um desses valores de troca é um objeto em determinada quantidade, coisas incomensuráveis entre si como objetos. O autor dos *Elementos* não consegue dizer o que é, em si, v_a ou v_b , porque esses conceitos sempre são referentes a uma infinidade de valores de uso; não consegue dizer o conteúdo dessas variáveis. Na equação walrasiana v_a e v_b não têm nenhum

51 WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 20-21.

52 WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 23.

53 MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 114-116.

significado⁵⁴. Um valor de troca intrínseco, imanente a cada mercadoria, é uma contradição nos próprios termos⁵⁵.

O restante da teoria walrasiana é construído na base de operações matemáticas utilizando esses conceitos vazios de sentido. O próprio autor reconhece isso posteriormente, quando completa sua teoria geral da troca de várias mercadorias:

O fato do valor de troca, que é um fato tão complicado, sobretudo quando se trata de várias mercadorias, aparece finalmente aqui com seu verdadeiro caráter. O que são $v_a, v_b, v_c, v_d...$? Nada mais que termos indeterminados e arbitrários, dos quais apenas a proporção representa a proporção comum e idêntica entre as raridades de todas as mercadorias de todos os permutadores, no estado de equilíbrio geral do mercado, e dos quais, por consequência, apenas as relações dois a dois, iguais às relações duas a duas das raridades para um permutador qualquer, são suscetíveis de receber uma expressão numérica. Dessa forma, o valor de troca permanece um fato essencialmente relativo, tendo sempre sua causa na raridade, que, apenas ela, é um fato absoluto⁵⁶.

Walras chega na conclusão correta que o valor de troca é algo relativo entre duas mercadorias. O problema é que a conclusão de sua teoria está fundamentada justamente na hipótese de que os valores de trocas existem por si mesmos, uma vez que o autor o tempo todo trabalha aritmética e conceitualmente com $v_a, v_b, v_c, v_d...$ como se fossem valores determinados e existentes por si mesmos. Dizendo de outro modo, ele considera que pode existir uma relação entre coisas que não existem⁵⁷. O elemento que falta aqui é justamente a distinção entre valor e valor de troca⁵⁸.

Ao colapsar esses dois conceitos, as teorias econômicas colapsam as categorias de produção de valor com categorias de apropriação de valor, como se a apropriação de valor não prescindisse da sua produção. Ou, de outro modo, como se a imposição subjetiva de cada indivíduo para se apropriar de determinado valor fosse o necessário e suficiente para a criação deste valor. A criação, de maneira autônoma, desses valores pela apropriação criaria toda a renda nacional⁵⁹.

54 Não podemos falar que v_a , nesta equação, é o valor de troca de A por uma unidade de B. A isto Walras chama de preço de A em B. WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 36.

55 MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 114.

56 WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 93.

57 WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 95.

58 O argumento que os valores de troca são irrelevantes porque a teoria também pode ser construída por meio das raridades também não é isento de crítica, uma vez que o próprio autor afirma que não há como medir ou comparar raridades. Se escolhido esse caminho, então, a teoria estaria fundamentada, novamente, em um conceito vazio. Segundo o próprio autor, as raridades “são subjetivas ou pessoais e não reais ou objetivas. Estão em nós e não nas coisas. É, pois, impossível substituir os valores de troca por elas. Donde se conclui que não há nada que seja a raridade, nem o valor de um meio decagrama de prata a 9/10 de pureza, e que a palavra franco é o nome de uma coisa que não existe”. WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 95.

59 MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. vol 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 84.

A separação entre teoria (ciência) e valores, proposta e defendida pelo positivismo e, em alguma medida, pelos relativistas, é aqui claramente verificada como falsa⁶⁰. Walras, neste ponto assim como em outros, é contraditório quando afirma uma característica da ciência: “que nada ordena, que nada aconselha, que nada prescreve e que se limita a observar e a explicar” e pergunta: “Em que sentido poderia ela encontrar-se em algum momento em oposição com a prática?”⁶¹, ou quando afirma que “[...] o caráter da ciência propriamente dita é o completo desinteresse por qualquer consequência vantajosa ou prejudicial quando se dedica à busca da verdade pura”⁶²; e, por outro lado, argumenta que

O homem é um ser dotado de razão e de liberdade, capaz de iniciativa e de progresso. Em matéria de produção e de repartição da riqueza, como em geral em qualquer matéria de organização social, ele pode escolher entre o bem e o mal e cada vez mais avança do mal para o bem. Foi assim que passou do sistema de corporações, regulamentos e tarifas, ao sistema da liberdade da indústria e do comércio, ao sistema do *laissez faire e laissez passer*; da escravidão à servidão; da servidão ao salariado. As combinações mais recentes são superiores às antigas, não precisamente porque mais naturais [...], mas porque têm mais conformidade com o interesse e com a justiça. Somente após a demonstração dessa conformidade é que se pode deixar fazer deixar passar. E, como contrárias ao interesse e à justiça, é que se devem repelir, se for o caso, as combinações socialistas⁶³.

A teoria desenvolvida na Revolução Marginalista tem como consequência, se correta, a afirmação de um valor: a positividade das relações burguesas de produção e distribuição da riqueza social. Isso envolve, por um lado, negar relações pretéritas, que em fins do século XIX já estão em decadência mas ainda existem e ocupam seu espaço. Como podemos ver na passagem acima, neste ponto o ser humano avançou do mal para o bem. Por outro lado, também devem ser negadas outras propostas de organizações sociais que não a burguesa, vale dizer, propostas socialistas. A argumentação deve passar pela demonstração que a forma burguesa tem mais conformidade com o interesse – ou seja, é mais produtiva – e com a justiça – ou seja, ninguém se apropriar de mais do que produz.

A conclusão das teorias desta escola do pensamento econômico é justamente esta. A identificação da produção do valor com sua apropriação, formando a renda nacional, garante o critério de justiça. O livro sobre a renda nacional aparece em Marshall como o último, e é este livro

60 BHASKAR, R. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. 3. ed. Londres: Routledge, 1998, pp. 59-64.

61 WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 14.

62 WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 8-9.

63 WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 10-11.

que justifica e para o qual foi desenvolvido a teoria nos quatro livros precedentes⁶⁴. Paralelamente, Walras conclui que

A troca de várias mercadorias ente si, num mercado regido pela livre concorrência, é uma operação pela qual todos os portadores, quer de uma, quer de várias dessas mercadorias, quer de todas, *podem obter a maior satisfação de suas necessidades* compatível com a condição de que não apenas duas mercadorias quaisquer sejam trocadas uma pela outra segunda uma proporção comum e idêntica, mas que, além disso, essas duas mercadorias sejam trocadas por uma terceira qualquer segundo duas proporções, cuja relação seja igual à primeira⁶⁵.

Como havia prometido no início da sua obra, chega a conclusão de que o mecanismo de mercado é o que garante a maior satisfação das necessidades dos agentes econômicos, dados os pressupostos de sua análise. Como discutido no início deste trabalho, os pressupostos são vistos como naturais. A organização da produção da riqueza social nos moldes burgueses seria a mais justa e eficiente.

6. Considerações finais

Como foi defendido neste trabalho, as teorias que conformam a Revolução Marginalista apresentam um caráter fortemente conservador da ordem social burguesa. Desde os fundamentos ontológicos, passando pelo entendimento do agir humano segundo o utilitarismo e culminando nas proposições singulares de cada uma dessas teorias, as relações sociais próprias do mundo burguês são ao mesmo tempo desconsideradas da análise e universalizadas. Por isso, as formas sociais específicas que tomam os elementos produtivos na sociedade burguesa são autonomizadas e naturalizadas.

Consequentemente, essa formação social é defendida como a mais justa e eficiente. A identificação da produção com a apropriação do valor faz com que cada indivíduo somente se aproprie de um valor igual ao produzido por ele mesmo, ao menos como tendência. Ao mesmo tempo, o mecanismo de mercado é o que proporciona a máxima satisfação individual. Isso implica que qualquer alteração na forma de produção e distribuição da riqueza social necessariamente irá interferir negativamente neste estado de coisas. Além disso, devemos observar que a determinação dos valores – criados e apropriados – passa exclusivamente pela subjetividades dos indivíduos e condições materialmente dadas. Ou seja, a justificativa última de qualquer mazela social é individualizada, não tecendo nenhuma relação com a estrutura social vigente.

64 MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. vol 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 15.

65 WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 89, grifo meu.

Indo de encontro à separação entre ciência e valor propagada pelo positivismo, defendo que qualquer teoria que almeje realizar uma crítica social consequente, ou criar os fundamentos para uma transformação do mundo que não se limite às estruturas já postas pelo ser burguês, deve subverter toda a teoria econômica de tradição marginalista, iniciando pela sua visão de mundo mais elementar, isto é, por sua ontologia. Somente assim pode-se conceber coerentemente um mundo livre dos valores da classe burguesa, isto é, dos valores do capital.

7. Bibliografia

BENTHAM, J. *An introduction to the principles of morals and legislation*. Londres: Claredon Press, 1823.

BHASKAR, R. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. 3. ed. Londres: Routledge, 1998.

_____. *A realist theory of science*. Londres: Routledge, 2008.

HOBBSAWM, E. *A era do capital: 1848-1875*. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. vol 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Princípios de Economia*. vol 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III: O processo global da produção capitalista, vol. III. t. 2. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZUCHELLI, F. *Os anos de chumbo: Economia e política internacional no entreguerras*. 1. ed. Campinas: Unesp, 2009.

MEDEIROS, J. L. *A economia diante do horror econômico: Uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

MURRAY, P.; BADEEN, D. A Marxian critique of neoclassical economic's reliance on shadows of capital's constitutive social forms. *Crisis & Critique*, vol 3, no. 3. pp, 9-28, nov, 2016.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RONCAGLIA, A. *The wealth of ideas: A history of economic thought*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005.

WALRAS, L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.